



**ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Notas Explicativas

19.1. Informações Gerais:

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO, inscrito no CNPJ nº 03.535.606/0001-10, órgão da administração direta, do Poder Judiciário, com sede administrativa no Centro Político Administrativo SN, Bosque da Saúde, teve execução orçamentária e financeira, do exercício de 2022, amparadas pela Lei nº 11.666, de 10 de janeiro de 2022 (Lei Orçamentária Anual – LOA), esta regida pela Lei 11.549, de 27 de outubro de 2022 (LDO), e pelo decreto estadual nº 1.292 de 15 de fevereiro de 2022, que dispõe sobre a execução orçamentária e financeira do exercício de 2022 e dá outras providências.

As ações do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso – TJ/MT são agrupadas nas funções determinadas na Portaria Ministerial 42, de abril de 1999: 02 – Judiciária, 09 – Previdência Social, 28 – Encargos Gerais. A função é o maior nível de agregação das diversas áreas de atuação do setor público.

As Demonstrações Contábeis são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, da LC nº 101/2000 e demais normas aplicáveis às finanças públicas. São baseadas, também, no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), editado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade do setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela International Federation of Accountants (IFAC), respectivamente.

O Balanço do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, referente ao exercício de 2022, é composto pelo Balanço Orçamentário e seus anexos, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração da Dívida Flutuante, Demonstração dos Fluxos de Caixa e pelas Notas Explicativas. Integra também a prestação de contas, o Anexo 16 – Demonstrativo da Dívida Fundada Interna e Externa que não apresenta movimentação no período.

As demonstrações, em conjunto com as notas explicativas, demonstram de forma estruturada a situação patrimonial e os resultados orçamentários, financeiros, patrimoniais e econômicos, buscando proporcionar informação útil para a tomada de decisão e a prestação de contas e responsabilização da entidade e dos respectivos gestores quanto aos recursos que lhes foram confiados, ressalvadas as observações feitas na alínea “b” do item 19.2 - Políticas contábeis significativas e critérios utilizados na elaboração das Demonstrações Contábeis.



**ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Todas as demonstrações, exceto as notas explicativas e o Anexo 16 – Demonstrativo da Dívida Fundada Interna e Externa, são elaboradas pelo Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado – FIPLAN, evidenciando os atos e fatos administrativos do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.

Declaramos que as demonstrações contábeis, incluídas as presentes notas explicativas, estão de acordo com a legislação aplicável à contabilidade e as finanças públicas, bem com as normas brasileiras de contabilidade do setor público e o manual de contabilidade aplicada ao setor público – MCASP, demonstrando de forma estruturada a situação patrimonial e os resultados orçamentários, financeiros, patrimoniais e econômicos, buscando proporcionar informação útil para a tomada de decisão e a prestação de contas e responsabilização da entidade e dos respectivos gestores quanto aos recursos que lhes foram confiados, ressalvadas as observações feitas na alínea “b” do item 19.2 - Políticas contábeis significativas e critérios utilizados na elaboração das Demonstrações Contábeis.

19.2. Políticas contábeis significativas e critérios utilizados na elaboração das Demonstrações Contábeis

a. RECEITA

A receita, em 2022, em atendimento à portaria 548/2015, está sendo registrada pelo regime de competência conforme cronograma da Secretaria do Tesouro Estadual – STN, e caixa nos casos em que couber. A despesa, quase integralmente, pelo regime de competência, também em conformidade com o cronograma da STN.

b. IMOBILIZADO

O imobilizado é composto pelo grupo de bens móveis e imóveis. O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O



**ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

método de cálculo dos encargos de depreciação, aplicável a toda a Administração

Pública direta, autárquica e fundacional para os bens móveis e imóveis, é o das quotas constantes, também conhecido como método linear.

Em atendimento ao MCASP importante destacar que o cálculo do valor a depreciar deve ser identificado individualmente, item a item, em virtude da possibilidade de haver bens similares com taxas de depreciação diferentes e bens totalmente depreciados. Nesse contexto é importante verificar que, no caso dos imóveis, somente a parcela correspondente à construção deve ser depreciada, não se depreciando o terreno.

Em relação ao imobilizado, esse grupo de contas possui inconsistências de valores entre as demonstrações contábeis e inventário físico parcial, vez que o levantamento do inventário físico não foi integralmente saneado dada a ausência de tempo hábil para realizar todas as análises e ajustes necessários ainda no exercício de 2022.

O antigo Sistema de Gestão de Patrimônio GP/GC foi substituído pelo Sistema GMP/CitSmart, cuja implantação iniciou-se a partir do mês de novembro de 2019, com os primeiros procedimentos para a migração de dados do antigo sistema, por ocasião do inventário desse exercício financeiro.

Nesse processo de transferência de informações, foram identificadas variáveis que demandaram adaptação tecnológicas do novo Sistema de Gestão de Patrimônio GMP/CitSmart para receber os dados. Além disso, verificou-se a ausência de informações sobre itens de bens imóveis e a ausência e/ou divergência nos tombos de bens móveis (permanentes), o que vem demandando o gradual tratamento dos dados para saneamento do referido sistema de gestão de patrimônio, regularização do inventário e conciliação das contas contábeis.

Estes trabalhos foram impactados pelo recesso-forense (Dezembro/2019-Janeiro/2020) e pela Pandemia Covid-19, a partir de março de 2020, quando houve a paralisação das atividades presenciais das unidades judiciárias, tendo sido determinado o fechamento dos prédios do Tribunal de Justiça, dos Fóruns e Juizados de todas as comarcas do Poder Judiciário estadual, com retorno parcial no segundo semestre de 2021.

Desde então, o Sistema de Gestão de Patrimônio GMP/CitSmart está sendo implementado com novas ferramentas de relatórios e os dados migrados continuam sendo tratados, buscando o saneamento integral de aproximadamente 200.000,00 (duzentos mil) itens de patrimônio, distribuídos em 1º grau, em 79



**ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

(setenta e nove) Comarcas, e 2º grau, prédios da sede do Tribunal de Justiça. Este procedimento é indispensável para que se possa realizar a conciliação das respectivas contas contábeis.

Em relação aos bens imóveis, há que se registrar que o Poder Judiciário estadual ainda não dispõe de todas as informações de cada um dos prédios que abrigam o Tribunal de Justiça, os Fóruns e os Juizados Especiais de cada uma das Comarcas do Estado de Mato Grosso.

O antigo Sistema de Gestão de Patrimônio GC/GP utilizado pelo Tribunal de Justiça não trazia informações sobre os referidos imóveis e, portanto, não havia dados disponíveis para a migração ao novo Gestão de Patrimônio GMP/CitSmart.

Por esta razão, em relação aos bens imóveis, o Sistema de Gestão de Patrimônio GMP/CitSmart está sendo gradualmente alimentado com essas informações, na medida da obtenção dos documentos e informes relativos a cada imóvel.

Para tanto, é essencial que o Departamento de Material e Patrimônio receba a documentação imobiliária atinente a cada um desses imóveis, qual seja, título de propriedade, certidão de matrícula imobiliária, CND do INSS de obra de construção civil, Habite-se, Certidão de Valor Venal do imóvel, Certidão de baixa no CREA/MT ou no CAU/MT, planta baixa ou íntegra do projeto arquitetônico e memorial descritivo do imóvel.

Ocorre que tais imóveis se encontram em situação de pendência de regularização imobiliária por força de inúmeros fatores de ordem legal, começando pelo fato de o direito de propriedade não pertencer ao Tribunal de Justiça e sim ao Estado de Mato Grosso, com as implicações que desse fato decorrem, entre outras questões legais, e de circunstâncias administrativas, como a ausência de cadastro municipal dos prédios e, por conseguinte, de elementos para valoração do imóvel pela Prefeitura Municipal (Certidão de Valor Venal), e a busca de documentação de empresas privadas que já se encontram inativas (detentoras de documentação dos projetos), entre outros.

A dimensão e complexidade dessa tarefa de regularização imobiliária do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso ensejou a edição da Portaria n. 350/2017-PRES, que instituiu a Comissão Multisetorial para gestão dos processos administrativos de escrituração de imóveis pertencentes e/ou afetos ao Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso, alterada pela Portaria n. 104-2019-PRES, e pela Portaria TJMT/PRES n. 132/2021.



**ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Essa condição exige minucioso estudo de cada caso, o que está sendo realizado pela referida Comissão Multisetorial nos respectivos processos de Escrituração de

Imóveis e nos processos conexos, como Convênios, Cessões de Uso, Processos Administrativos e Contratos.

As informações e documentos de cada um desses processos compõem a atualização do último Relatório apresentado pela Comissão Multisetorial no Processo Administrativo n. 154/2016 (CIA 0077842-20.2016.8.11.0000), implicando o compartilhamento de dados e documentos oriundos da Procuradoria Geral do Estado de Mato Grosso-PGE, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Mato Grosso-SEPLAG, das Prefeituras dos Municípios sede de Comarca, da quase totalidade dos Cartórios de Registro de Imóveis do Estado de Mato Grosso, de todas as Diretorias de Foro das Comarcas do Estado de Mato Grosso e da Coordenadoria de Infraestrutura/Departamento de Obras do Tribunal de Justiça.

Após o exercício 2020, o Sistema de Gestão de Patrimônio GMP CitSmart está sendo alimentado com os dados dos imóveis devido a referida dinâmica de trabalho da Comissão Multisetorial.

Quanto aos registros contábeis, o Sistema GMP/CitSmart, utilizado pelo Departamento de Material e Patrimônio para gestão de patrimônio do Poder Judiciário estadual, incluindo registros de depreciação dos bens móveis e imóveis, está parametrizado de acordo com as regras de negócio aplicadas ao setor público.

As eventuais inconsistências quanto a depreciação dos bens imóveis decorrem da recente inserção dos dados no Sistema de Gestão Patrimonial, que depende das informações de outros órgãos, cujas diligências estão em andamento.



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PLANILHA DE VIDA ÚTIL ESTIMADA E VALOR RESIDUAL - BENS MÓVEIS		
DESCRIÇÃO	VIDA ÚTIL (ANO)	% VALOR RESIDUAL
ACESSÓRIOS PARA AUTOMÓVEIS	5	10%
APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	15	10%
APARELHOS E EQPTOS PARA ESPORTE E DIVERSOS	10	10%
APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	10	20%
APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	10	10%
APARELHOS, EQUIPOS, UTENS. MÉD., ODONT. LABORATORIAIS E HOSPITAIS	15	20%
ARMAMENTOS	5	15%
EQUIPAMENTOS DE MANOBRAS E PATRULHAMENTO	20	10%
EQUIPAMENTOS DE MERGULHO E SALVAMENTO	15	10%
EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	5	10%
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	10	10%
EQUIPAMENTOS E SISTEMA DE PROTEÇÃO E VIGILÂNCIA AMBIENTAL	10	10%
EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS	10	10%
EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	10	10%
EQUIPAMENTOS, MATERIAL SIGILOSO E RESERVADO	10	10%
EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS AERONÁUTICOS	30	10%
EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS DE PROTEÇÃO DE VOO	30	10%
EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS MARÍTIMOS	15	10%
MÁQ. EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS AGRÍCOLAS/AGROPECUÁRIA E RODOVIÁRIOS	10	10%
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE NATUREZA INDUSTRIAL	20	10%
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE NATUREZA INDUSTRIAL	20	10%
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	10	10%
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	15	10%
MÁQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE OFICINA	10	10%
MÁQUINAS, INSTALAÇÕES E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	10	10%
MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	10	10%
MOBILIÁRIO EM GERAL	10	10%
PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS	10	10%
VEÍCULOS DE TRACÇÃO MECÂNICA	10	10%
VEÍCULOS DIVERSOS	15	10%
VEÍCULOS FERROVIÁRIOS	30	10%

Fonte: FIPLAN/SACE/SEFAZ

Nota: As contas AERONAVES não possui valores estipulados porque são bens muito específicos, sendo assim, a definição de vida útil e valor residual ficará a critério das Unidades Orçamentárias que possuem tais bens.

A vida útil, bem como % do valor residual, dos bens imóveis é a apresentada abaixo em tabela resumida:

PLANILHA DE VIDA ÚTIL ESTIMADA E VALOR RESIDUAL - BENS IMÓVEIS		
DESCRIÇÃO	VIDA ÚTIL (ANO)	% VALOR RESIDUAL
Edificações	25	20%
Instalações	10	20%

Fonte: FIPLAN/SACE/SEFAZ



**ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

c. PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS

As provisões matemáticas do Tribunal de Justiça tiveram um aumento de **R\$ 535,8 milhões**, saindo de **R\$ 464 mil** em 2021 para **R\$ 536,2 milhões** em 2022.

Esse aumento se deve, dentre outros fatores, alteração de base cadastral; aumento da base média salarial de R\$ 5.400 mil para R\$ 6.700 mil; alteração de premissas como diminuição na taxa da meta atuarial para atender a portaria nº1467.

Mudança na metodologia para ocntriuição esperada patronal e servidores, fazendo com que a contribuição esperada diminua.

d. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas orientações da Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP, do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, 9ª edição, aprovado pela Portaria SNT nº 1131, de 04 de novembro de 2021. Que observa os dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei Federal 4320/64, de 17 de março de 1964, a Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000, bem como as disposições do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, relativas aos Princípios de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16).

Estas notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis e imprescindíveis para a compreensão e análise das demonstrações. Evidenciam os critérios utilizados, informações exigidas pela legislação, bem como outras informações não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas citadas demonstrações.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Estado de Mato Grosso.

Desde 2021 foi alterada a estrutura do balanço orçamentário sendo adotada, integralmente, a orientação da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, expressa no manual das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP, que integra a 9ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP, página 495, passando a expurgar no balanço orçamentário não consolidado (órgãos e entidades, por exemplo) as transferências financeiras recebidas e concedidas o que pode gerar desequilíbrio e déficit orçamentário, pois muitos deles não são agentes arrecadadores e executam despesas



**ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

orçamentarias para prestação de serviços públicos e realização de investimento, não configurando esse fato irregularidade.

Ainda considerando a alteração no BO, previsto no MCASP, foi incluída uma nota nos balanços orçamentários explicando eventual déficit orçamentário e criado o anexo 5 BO – Transferências recebidas e concedidas, demonstrando o montante da movimentação financeira (transferências financeiras recebidas e concedidas) relacionada à execução do orçamento do exercício, buscando dar transparência e proporcional as análises e verificações dos órgãos de controle.

19.3. Informações de suporte e detalhamento dos itens

Balanco Orçamentário:

BO 1. O regime orçamentário adotado para o exercício de 2022 é o previsto no art. 35 da Lei nº 4.320/1964, assim a receita é reconhecida, no exercício financeiro, pela arrecadação, regime de caixa, e a despesa orçamentária no exercício financeiro da emissão do empenho.

BO 2. No orçamento aprovado as despesas foram apresentadas discriminadas por classificação institucional, funcional, estrutura programática, categoria econômica, grupo de despesa, modalidade de aplicação.

BO 3. Da receita prevista inicial de **R\$ 213,5** milhões, houve a abertura de crédito adicional por excesso de arrecadação de contribuições, no montante de **R\$ 5** milhões, passando a receita atualizada de **218,5** milhões.

BO 4. A receita total realizada da unidade orçamentária 03101 – Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, foi de **R\$ 287,1** milhões, apresentando um excesso de 31,37%, no montante de **R\$ 68,5** milhões, sendo **R\$ 49,1** milhões na receita de contribuições, **R\$ 18,2** milhões na receita patrimonial e **R\$ 1** milhão nas outras receitas correntes.

BO 5. O excesso na receita de contribuições foi devido ao aumento da alíquota da previdenciária prevista na Lei Complementar nº 11.643/2021 e do aumento salarial para os servidores ativos de 16% e Revisão Geral Anual - RGA de 7%.

BO 6. Já o excesso na receita patrimonial foi em decorrência da mudança na modalidade de aplicação, bem como o aumento da taxa de Selic.



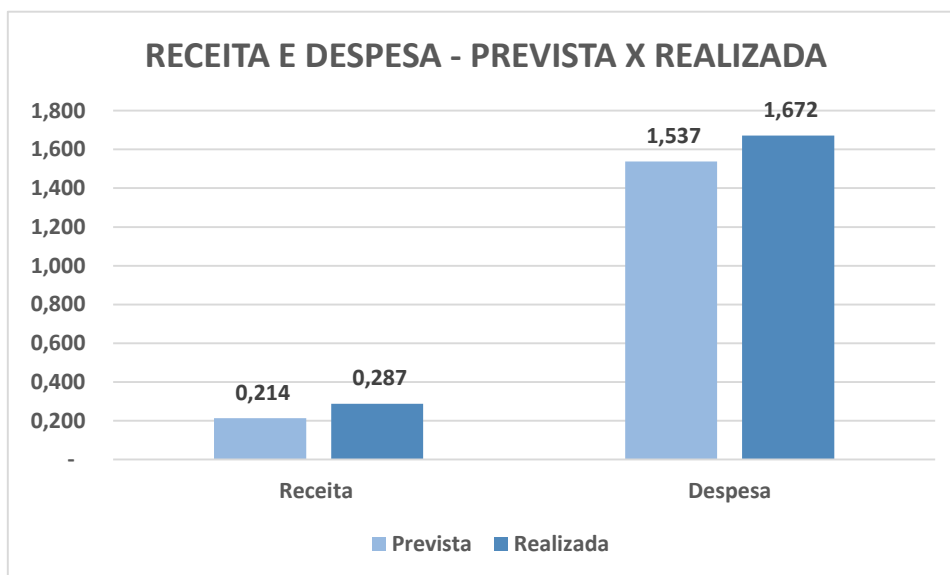
**ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

DEMONSTRATIVO DA RECEITA - BO					
DESCRIÇÃO	PREVISÃO INICIAL	PREVISTA ATUALIZADA	REALIZADA	SALDO	AH%
RECEITA CORRENTE	213.547.843,00	218.547.843,00	287.109.218,74	68.561.375,74	31,37%
Receita de Contribuições	211.275.049,00	216.275.049,00	265.446.140,28	49.171.091,28	22,74%
Receita Patrimonial	1.830.455,00	1.830.455,00	20.124.621,67	18.294.166,67	999,43%
Outras receitas correntes	442.339,00	442.339,00	1.538.456,79	1.096.117,79	247,80%
RECEITA TOTAL	213.547.843,00	218.547.843,00	287.109.218,74	68.561.375,74	31,37%

FONTE: FIPLAN/BO

BO 7. Em 2022 as receitas realizadas alcançaram um montante de **R\$ 287,1** milhões, tendo apresentado um crescimento de 31,37% em relação a previsão inicial, já a despesa empenhada apresentou crescimento, em relação à dotação inicial de 8,77%, atingindo um montante de **R\$ 1,672 bilhão**, o que gerou um déficit orçamentário de **R\$ 1,374** milhões, conforme evidenciado no Balanço Orçamentário do Tribunal de Justiça.

BO 8. Porém conforme destacado na alínea “d” do item 19.2 - Políticas contábeis significativas e critérios utilizados na elaboração das Demonstrações Contábeis, desde 2021 o Balanço Orçamentário, em atendimento as normas do PCASP não traz na parte da receita as cotas e repasses recebidos, fazendo com que as unidades orçamentárias que não são agentes arrecadadores apresentem déficit, porém conforme Anexo 5 do BO esse déficit foi suportado pelas transferências financeiras feitas a título de duodécimos no montante de **R\$ 1,428** bilhão.



FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

Nota: valores em bilhões



**ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

BO 9. Não houve realização de receitas intraorçamentárias na unidade orçamentária 03101, porém houve **R\$ 176,8** milhões de empenhos na modalidade intraorçamentária, conforme evidenciado no ANEXO 3 – Do Balanço Orçamentário – Demonstrativo de Execução das Receitas e Despesas Intraorçamentárias.

BO 10. A dotação inicial da despesa foi no montante de **R\$ 1,537** bilhão, tendo sido efetuada um aumento, com abertura de créditos adicionais de **R\$ 154,1** milhões, totalizando uma dotação atualizada de **R\$ 1,671** bilhão.

DEMONSTRATIVO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA- BO					
DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EMPENHADA	SALDO	AH%
DESPESA CORRENTE	1.537.190.225,00	1.691.343.497,94	1.671.985.592,23	19.357.905,71	8,77%
Pessoal e Encargos Sociais	1.279.731.052,00	1.426.404.324,94	1.408.782.300,11	17.622.024,83	
Outras Despesas Correntes	257.459.173,00	264.939.173,00	263.203.292,12	1.735.880,88	2,23%
DESPESA DE CAPITAL	20.000,00	-	-	-	-100,00%
Investimentos	20.000,00	-	-	-	-100,00%
DESPESA TOTAL	1.537.210.225,00	1.691.343.497,94	1.671.985.592,23	19.357.905,71	8,77%

FONTE: FIPLAN/BO

BO 11. O acréscimo na dotação inicial de **R\$ 154,1** milhões é composta por abertura de créditos adicionais por anulação no montante de **R\$ 82,8** milhões, redução da dotação no montante de **R\$ 42,8** milhões, abertura de créditos por excesso no montante de **R\$ 59,4** milhões e abertura de créditos adicionais por superávit no montante de **R\$ 54,7** milhões.

DEMONSTRATIVO DA ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS	
Crédito Suplementar - Anulação Total/Parcial de dotações	82.845.000,00
FONTE 100	82.420.000,00
FONTE 240	425.000,00
(-) Redução	- 42.845.000,00
FONTE 100	- 42.420.000,00
FONTE 240	- 425.000,00
Crédito Suplementar - por Excesso de Arrecadação	59.421.759,92
FONTE 100	54.421.759,92
FONTE 115	5.000.000,00
Crédito Suplementar - por Superávit Financeiro	54.711.513,02
FONTE 300	50.000.000,00
FONTE 315	4.711.513,02
Total Geral	154.133.272,94



**ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

BO 12. O crédito adicional suplementar no montante de **R\$ 54,7** milhões foi decorrente de abertura por superávit financeiro, apurado no Balanço Patrimonial de 2021, nas fontes 300 e 315.

BO 13. Do total de crédito adicional aberto por superávit financeiro, somente **R\$ 45,8** milhões, foram empenhados e liquidados, tendo sido pago o montante de **R\$ 36,7** milhões, ficando inscrito em RP processado o montante de **R\$ 8,2** milhões.

DETALHAMENTO DAS DESPESAS EXECUTADAS COM SF			
FONTES	EMPENHADAS	LIQUIDADAS	PAGAS
300	41.161.114,21	41.161.114,21	32.932.898,65
315	4.700.271,08	4.700.271,08	3.810.271,08
TOTAL	45.861.385,29	45.861.385,29	36.743.169,73

FORNE: FIPLAN/FIP 215A

BO 14. Do montante empenhado de **R\$ 1,671** bilhão, foi executado com recursos arrecadados no exercício o montante de **R\$ 1,626** bilhão e o restante da despesa, executada com base no superávit financeiro, no montante de **R\$ 45,8** milhões. Não houve a reabertura de créditos especiais e extraordinários.

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR TIPO DE RECURSOS			
DESCRIÇÃO	RECEITAS DO EXERCÍCIO	SUPERÁVIT FINANCEIRO	TOTAL GERAL
DESPESAS CORRENTES	1.626.124.206,94	45.861.385,29	1.671.985.592,23
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.362.920.914,82	45.861.385,29	1.408.782.300,11
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	263.203.292,12	-	263.203.292,12
TOTAL GERAL	1.626.124.206,94	45.861.385,29	1.671.985.592,23

FORNE: FIPLAN

BO 15. No Estado de Mato Grosso os créditos iniciais e suplementares não estão individualizados na contabilidade. A UO 03101 – Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso - executou despesas somente por meio de crédito iniciais e suplementares, não tendo aberto créditos especiais ou extraordinários.

DETALHAMENTO DAS DESPESAS POR TIPO DE CRÉDITO			
DESCRIÇÃO	EMPENHADAS	LIQUIDADAS	PAGAS
Crédito inicial/suplementar	1.671.985.592,23	1.665.883.878,43	1.588.251.733,52
TOTAL	1.671.985.592,23	1.665.883.878,43	1.588.251.733,52

FORNE: FIPLAN/FIP 215A



**ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

BO 16. Os restos a pagar não processados de **R\$ 1,147** bilhão tiveram cancelamentos no montante de **R\$ 958** mil e **R\$ 189** mil foram pagos, não ficando nenhum saldo a ser transferido para 2023, conforme anexo 1 do Balanço Orçamentário.

BO 17. Já o montante de **R\$ 42,5** milhões de RP processados foi integralmente pago, não restando nenhum valor a ser transferido para 2023, conforme Anexo 2 do Balanço Orçamentário.

BO 18. Não houve a concessão de destaque orçamentário em 2022 pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, conforme consta no Anexo 4 – Do Balanço Orçamentário – Demonstrativo das Despesas Orçamentárias Executadas por Destaque.

BO 19. A conciliação do resultado orçamentário com os fluxos de caixa líquido das atividades operacionais, apresentados na Demonstração dos Fluxos de Caixa evidencia que ao somar ao resultado orçamentário os restos a pagar pagos e o saldo das transações extraorçamentárias E deduzir as despesas empenhadas e não pagas e as compensações, que impactaram o DFC, chega se a geração líquida de caixa e equivalente de caixa do DFC.

CONCILIAÇÃO DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO COM O FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO - DFC	
DESCRIÇÃO	VALOR
1 - Resultado Orçamentário	- 1.384.876.373,49
2 - Restos a Pagar Inscrito no período - Despesas de 2022 empenhadas e não pagas	83.733.858,71
3 - Restos a Pagar de Exercícios anteriores pagos em 2022	42.688.374,93
4 - Saldo de transações extraorçamentárias (impactadas na DFC)	1.432.217.786,59
5 - Outros Pagamentos extraorçamentários - compensações	-
6 - Geração Líquida de Caixa - DFC (6 = 1-2+3-4-5)	88.386.896,88

Balanço Financeiro:

BF 1. O Balanço Financeiro evidencia na parte dos ingressos extraorçamentários o movimento credor das contas de ativo e passivo e na parte dos dispêndios extraorçamentários o movimento devedor das contas de ativo e passivo. Essa movimentação, para efeito de expurgar os estornos, e facilitar a elaboração do anexo, é registrada em contas de controle.

BF 2. O resultado financeiro de 2022 foi positivo em **R\$ 88,3** milhões, sendo decorrente do resultado negativo na movimentação orçamentária de **R\$ 1,384**



**ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

bilhão e do resultado positivo das transferências financeiras de **R\$ 1,428** bilhão e da movimentação extraorçamentária de **R\$ 44,5** milhões.

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO FINANCEIRO DE 2022			
ESPECIFICAÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH %
Receita Orçamentária (I)	287.109.218,74	216.126.954,40	32,84%
Despesa Paga (II)	1.671.985.592,23	1.345.969.198,01	24,22%
Resultado Orçamentário (III = I - II)	- 1.384.876.373,49	- 1.129.842.243,61	22,57%
Transferências Financeiras Recebidas (IV)	1.428.757.858,01	1.251.654.252,00	14,15%
Transferências Financeiras Concedidas (V)	-	-	0,00%
Transferências Financeiras Líquidas (VI = IV - V)	1.428.757.858,01	1.251.654.252,00	14,15%
Recebimentos Extraorçamentários (VII)	1.700.062.942,02	1.357.697.873,60	25,22%
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	1.655.557.529,66	1.361.847.149,65	21,57%
Resultado Extraorçamentário (IX = VII - VIII)	44.505.412,36	- 4.149.276,05	-117,61%
Resultado Financeiro do Exercício (X = III + VI + IX)	88.386.896,88	117.662.732,34	-24,88%

FONTE: FIPLAN/BF

BF 3. A receita orçamentária, de 2022, teve um crescimento, em relação ao exercício de 2021, no montante de **R\$ 70,9** milhões, correspondendo a 32,84% de crescimento, sendo que os recursos ordinários cresceram **R\$ 10,3** milhões e os recursos vinculados **R\$ 60,6** milhões. Já a despesa orçamentária teve um crescimento de **R\$ 326** milhões, equivalente a 24,22%, desmembrado em **R\$ 301,1** milhões de recursos ordinário e **R\$ 24,9** milhões de recursos vinculados. Maiores detalhes sobre essas variações nos resultados orçamentários.

BF 4. Os restos a pagar em inscrição, que para efeito do fechamento do balanço financeiro consta na coluna de ingressos extraorçamentários, no exercício de 2022, totalizaram o montante de **83,7** milhões, desmembrados em processados e não processados:

DESPESAS EM PROCESSO DE INSCRIÇÃO EM 31/12/2022			
DESCRIÇÃO	RP PROCESSADO	RP NÃO PROCESSADO	TOTAL
DESPESAS CORRENTES	77.632.144,91	6.101.713,80	83.733.858,71
Pessoal e Encargos Sociais	77.620.253,34	2.200.000,00	79.820.253,34
Outras Desp. Correntes	11.891,57	3.901.713,80	3.913.605,37
TOTAL	77.632.144,91	6.101.713,80	83.733.858,71

FONTE: FIPLAN/FIP 215A

BF 5. Foram pagos em 2022 o montante de **R\$ 42,6** milhões de restos a pagar, sendo **R\$ 42,4** milhões de restos a pagar processados e **R\$ 189** mil de restos a pagar não processados.



**ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

DEMONSTRATIVO DOS RP PAGOS EM 2022			
DESCRIÇÃO	RP PROCESSADO	RP NÃO PROCESSADO	TOTAL
DESPESAS CORRENTES	42.499.352,64	189.022,29	42.688.374,93
Pessoal e Encargos Sociais	42.484.284,43	-	42.484.284,43
Outras Desp. Correntes	15.068,21	189.022,29	204.090,50
TOTAL	42.499.352,64	189.022,29	42.688.374,93

Fonte: FIPLAN/FIP 215A

BF 6. O saldo financeiro em 2022, para o exercício seguinte foi no montante de **R\$ 282,1** milhões, um crescimento de **R\$ 88,3** milhões em relação a 2021, distribuídos nas seguintes fontes:

DETALHAMENTO DO SALDO EM ESPÉCIE POR FONTE DE RECURSO			
FONTE	DESCRIÇÃO	31.12.2022	31.12.2021
100/300	RECURSOS ORDINÁRIOS DO TESOUREO ESTADUAL	187.341.465,35	154.035.781,82
115/315	RECURSOS DE CONTRIBUIÇÃO PARA A SEGURIDADE SOCIAL DE OUTROS PODERES	58.172.727,96	4.716.387,60
196/396	RECURSOS ADMINISTRADOS PELO ÓRGÃO	2.621.766,64	19.807.512,89
240/640	RECURSOS PRÓPRIOS	24.059.798,27	7.819.164,85
888	RECURSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	9.989.259,79	7.419.273,97
TOTAL		282.185.018,01	193.798.121,13

Fonte: FIPLAN/FIP 215A

Balanco Patrimonial:

BP 1. Os elementos patrimoniais são apresentados considerando a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade, em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade e as partes II e V do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP. Ainda, em atendimento ao artigo 105 da Lei 4320/64, que confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar ativo e passivo em dois grupos, financeiro e Permanente, é apresentado quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes.

BP 2. O Balanço Patrimonial é composto, nessa nova estrutura definida pela Secretaria do Tesouro Estadual - STN, em 4 quadros: Quadro Principal; Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes; Quadro das Contas de Compensação (controle) e Quadro do Superávit/Déficit Financeiro.



**ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

BP 3. O ativo circulante teve um crescimento de **R\$ 88,6** Milhões, representando 23,98%, impulsionado pelo crescimento do item Caixa e equivalente de Caixa que aumentou **R\$ 88,3** milhões.

DETALHAMENTO DO ATIVO CIRCULANTE			
DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH%
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	282.185.018,01	193.798.121,13	45,61%
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES DE CURTO PRAZO	168.421.427,42	168.421.427,42	0,00%
ESTOQUES	7.829.307,83	7.559.443,91	3,57%
TOTAL	458.435.753,26	369.778.992,46	23,98%

FONTE: FIPLAN/FIP 215

BP 4. O disponível em caixa e equivalente de caixa apresentou, em relação à 2021, um crescimento de 45,61%, representando **R\$ 88,3** milhões, decorrente do aumento das receitas em decorrência do excesso de arrecadação das receitas citadas nos comentários do Balanço Orçamentário.

CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA			
DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH%
CONTA ESPECIAL - BANCO DO BRASIL (F)	282.185.018,01	193.798.121,13	45,61%
TOTAL	282.185.018,01	193.798.121,13	45,61%

FONTE: FIPLAN/FIP 215A

BP 5. Os demais créditos e valores a receber de curto, referente aos valores de Diferença de RCL e Duodécimos não sofreu nenhuma alteração, mantendo os mesmos valores registrados em 2021.

DETALHAMENTO DEMAIS CRÉDITOS E VALORES DE CURTO PRAZO			
DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH%
Diferença de RCL a Receber (F)	94.589.990,17	94.589.990,17	0,00%
Duodécimos a Receber (F)	73.831.437,25	73.831.437,25	0,00%
TOTAL	168.421.427,42	168.421.427,42	0,00%

FONTE: FIPLAN/FIP 215

BP 6. Os estoques tiveram acréscimo de 3,57%, em termos nominais um crescimento de **R\$ 269** mil em relação à 2021, sendo todo o crescimento concentrado no item almoxarifado, destacando o aumento de material de consumo e material de expediente.



**ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

DETALHAMENTO DOS ESTOQUES			
DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH%
ALMOXARIFADO	7.559.554,54	7.289.690,62	3,70%
OUTROS ESTOQUES	269.753,29	269.753,29	0,00%
TOTAL	7.829.307,83	7.559.443,91	3,57%

FORNTE: FIPLAN/FIP 215

BP 7. O ativo não circulante em 2022, no montante de **R\$ 730,7** milhões, sofreu um aumento, em relação a 2021, de 12,24%, equivalente a **R\$ 79,6** milhões, centralizada no grupo de imobilizado, que apresentou acréscimo de **R\$ 79,5** milhões.

DETALHAMENTO DOS ESTOQUES			
DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH%
ALMOXARIFADO	7.559.554,54	7.289.690,62	3,70%
OUTROS ESTOQUES	269.753,29	269.753,29	0,00%
TOTAL	7.829.307,83	7.559.443,91	3,57%

FORNTE: FIPLAN/FIP 215

BP 8. O imobilizado cresceu **R\$ 79,5** milhões em 2022, representando 12,32%, sendo que o aumento foi de **R\$ 62,6** milhões de bens móveis, **R\$ 38,6** milhões de bens imóveis e **R\$ 21,3** milhões de depreciações.

DETALHAMENTO DO ATIVO IMOBILIZADO			
DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH%
BENS MOVEIS	437.414.029,21	374.768.509,10	16,72%
BENS IMOVEIS	421.311.956,03	382.689.938,52	10,09%
(-) DEPRECIACAO, EXAUSTAO E AMORTIZACAO ACUMULADAS	-133.792.660,39	-112.055.873,13	19,40%
TOTAL	724.933.324,85	645.402.574,49	12,32%

FORNTE: FIPLAN/FIP 215

BP 9. O imobilizado está segregado em dois grupos: bens móveis e bens imóveis. Na tabela a seguir, é apresentada a sua composição, cujo montante em 2022 é de **R\$ 724,9** milhões, com crescimento de 12,32% em relação a 2021:

BP 10. O valor líquido contábil dos bens móveis do Tribunal foi de **R\$ 303,6** milhões em 2022, tendo apresentado um aumento de 15,57%, em relação a 2021, sendo 16,72% de crescimento no total bruto de bens móveis e 19,40% de depreciação/amortização/exaustão. Eventuais divergências entre o inventário físico e a contabilidade, no tocante aos bens do imobilizado, são decorrentes da falta de tempo hábil para conclusão do inventário físico e a respectiva adequação do FIPLAN, dentro do exercício de 2022.



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

BP 11. As inconsistências quanto a depreciação dos bens imóveis decorrem da recente inserção dos dados no Sistema de Gestão Patrimonial, que depende das informações de outros órgãos, cujas diligências estão em andamento. A partir da inserção das informações de valores, a depreciação é realizada de forma automática pelo Sistema de Gestão Patrimonial.

COMPOSIÇÃO DO IMOBILIZADO - BENS MÓVEIS E BENS IMOVEIS			
DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH%
BENS MOVEIS (I)	303.621.368,82	262.712.635,97	15,57%
Valor Bruto Contábil	437.414.029,21	374.768.509,10	16,72%
Depreciação/Amortização/Exaustão	- 133.792.660,39	- 112.055.873,13	19,40%
Redução ao Valor Recuperável	-	-	0,00%
BENS IMOVEIS (II)	421.311.956,03	382.689.938,52	10,09%
Valor Bruto Contábil	421.311.956,03	382.689.938,52	10,09%
Depreciação/Amortização/Exaustão	-	-	0,00%
TOTAL (III = I + II)	724.933.324,85	645.402.574,49	12,32%

FORTE: FIPLAN/FIP 215

BP 12. O item máquinas e equipamentos aumentou **R\$ 5,9**, representando um acréscimo de 11,39% em relação a 2021, em decorrência de novas aquisições, em especial de **R\$ 1,2** milhão de aparelhos e equipamentos de comunicação, **R\$ 2,4** milhões de equipamentos para combate de incêndio e resgate e **R\$ 2,1** milhões de máquinas e equipamentos energéticos.

BP 13. Os bens de informática apresentaram o maior crescimento do grupo, no montante de **R\$ 48,4** milhões, devido as aquisições no montante de **R\$ 50,1** milhões e as baixas de **R\$ 1,7** milhão por furto e doação.

BP 14. O item móveis e utensílios apresentou um crescimento de 7,49%, representando **R\$ 7,6** bilhões sendo incorporados **R\$ 9** milhões referente a novas aquisições e baixados **R\$ 1,4** milhões referentes a doação e ajustes de bens inservíveis.

BP 15. As depreciações dos bens móveis apresentaram um crescimento de **R\$ 21,7** milhões, equivalente a 19,4% de crescimento em relação ao exercício de 2021, o valor da depreciação cresceu em decorrência do aumento do quantitativo de bens móveis sujeitos a depreciação no Sistema de Gestão Patrimonial.

BP 16. Os veículos tiveram um crescimento de **R\$ 579 mil**, sendo que houve **R\$ 580 mil** de novas aquisições de veículos.



**ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

COMPOSIÇÃO DOS BENS MÓVEIS			
DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH%
MÁQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS	58.093.888,71	52.152.858,24	11,39%
BENS DE INFORMÁTICA	256.843.150,33	208.428.720,01	23,23%
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	110.076.699,57	102.410.516,20	7,49%
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	1.127.774,46	1.127.810,86	0,00%
VEÍCULOS	10.219.180,64	9.639.998,29	6,01%
ARMAMENTOS	1.008.605,50	1.008.605,50	0,00%
DEMAIS BENS MÓVEIS	44.730,00	-	100,00%
TOTAL BRUTO (I)	437.414.029,21	374.768.509,10	16,72%
(-) DEPRECIACAO, EXAUSTAO E AMORTIZACAO ACUMULADAS (II)	- 133.792.660,39	- 112.055.873,13	19,40%
TOTAL (III = I - II)	303.621.368,82	262.712.635,97	15,57%

FONTES: FIPLAN/FIP 215

BP 17. Em 31/12/2021, o valor líquido contábil dos bens imóveis do Estado totalizou **R\$ 421,3** milhões, com um crescimento de 10,09%, equivalente a R\$ 38,6 milhões, em relação a 2021, centralizado em obras em andamento.

COMPOSIÇÃO DOS BENS IMÓVEIS			
DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH%
BENS DOMINICAIS	8.041.152,67	8.041.152,67	0,00%
OBRAS EM ANDAMENTO	413.270.803,36	374.648.785,85	10,31%
TOTAL BRUTO (I)	421.311.956,03	382.689.938,52	10,09%
(-) DEPRECIACAO, EXAUSTAO E AMORTIZACAO ACUMULADAS (II)	-	-	0,00%
TOTAL (III = I + II)	421.311.956,03	382.689.938,52	10,09%

FONTES: FIPLAN/FIP 215

BP 18. Desde o exercício de 2021 iniciaram os trabalhos no Tribunal buscando mapeamento e regularização de registros de eventuais obras em andamento que já havia sido entregue ou em uso para obras concluídas. Nesse sentido destacam-se os comentários da alínea “b” do item 19.2.

BP 19. Os bens dominicais no montante de **R\$ 8** milhões não sofreram alteração de 2021 para 2022. O montante está sendo objeto de levantamento conjunto entre o setor de patrimônio e de contabilidade do Tribunal de Justiça.

COMPOSIÇÃO DOS BENS DOMINICAIS			
DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH%
Aquisição de Imóveis - Saldo do Exercício Anterior	8.041.152,67	8.041.152,67	0,00%
TOTAL BRUTO (I)	8.041.152,67	8.041.152,67	0,00%
(-) DEPRECIACAO, EXAUSTAO E AMORTIZACAO ACUMULADAS (II)	-	-	0,00%
TOTAL (III = I + II)	8.041.152,67	8.041.152,67	0,00%

FONTES: FIPLAN/FIP 215

BP 20. As obras em andamento cresceram **R\$ 38,6** milhões de 2021 para 2022, equivalentes a 10,31% de crescimento.



**ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

BP 21. Os itens que tiveram crescimento mais expressivo foram as benfeitorias e melhorias no montante de **R\$ 3,14** milhões e as Edificações para Sede de Órgãos Públicos no valor de **R\$ 35,1** milhões.

BP 22. As eventuais inconsistências quanto a depreciação dos bens imóveis decorrem da recente inserção dos dados no Sistema de Gestão Patrimonial, que depende das informações de outros órgãos, cujas diligências estão em andamento. A partir da inserção das informações de valores, a depreciação é realizada de forma automática pelo Sistema de Gestão Patrimonial.

COMPOSIÇÃO DAS OBRAS EM ANDAMENTO			
DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH%
OBRAS DE UBARNAZÇÃO	19.261.222,49	19.261.222,49	0,00%
BENFEITORIAS E MELHORIAS	19.470.238,78	16.056.493,62	21,26%
EDIFICAÇÕES PARA SEDE DE ORGÃOS PÚBLICOS	337.039.187,84	301.937.210,85	11,63%
INSTALAÇÃO DE ELEVADORES	106.295,36	-	100,00%
INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO	3.980.023,46	3.980.023,46	0,00%
SUPERVISÃO DE OBRAS	3.071.147,24	3.071.147,24	0,00%
SERVIÇOS DE PF UTILIZADOS PARA REALIZAÇÃO OBRAS	23.407,44	23.407,44	0,00%
DIÁRIAS PARA ACOMPANHAMENTO DE OBRAS E INSTALAÇÃO	17.444,91	17.444,91	0,00%
ESTUDOS E PROJETOS	30.301.835,84	30.301.835,84	0,00%
TOTAL BRUTO (I)	413.270.803,36	374.648.785,85	10,31%
(-) DEPRECIACAO, EXAUSTAO E AMORTIZACAO ACUMULADAS (II)	-	-	0,00%
TOTAL (III = I + II)	413.270.803,36	374.648.785,85	10,31%

FONTE: FIPLAN/FIP 215

BP 23. Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no custo, ou seja, com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida e como característica fundamental a redução do valor do bem) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

BP 24. Conforme o MCASP 9ª edição e ainda a IS 22/2020 disponível no link: <http://www5.sefaz.mt.gov.br/web/sefaz/orientacoes-tesouro-estadual>, o cálculo da amortização somente é aplicável aos ativos intangíveis que tiverem vida útil econômica limitada e têm característica fundamental a redução do valor do bem.

BP 25. No Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TJ, para os bens intangíveis o Sistema de Gestão Patrimonial considera o prazo de 5 anos de vida útil de amortização.



**ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

BP 26. O método utilizado é amortização constante com base na vida útil, também conhecido como método linear.

BP 27. O intangível, líquido de amortização, no montante de **R\$ 5,8** milhões é composto dos itens “softwares” e “Amortização acumulada”. Tendo apresentado um aumento de 2,67%, totalizando acréscimo de **R\$ 151** mil, integralmente concentrado no aumento do item software em **R\$ 1,5** milhão, em decorrência de novas aquisições.

BP 28. Já as depreciações tiveram adições no valor de **R\$ 1,4** bilhão, representando um aumento de 728,58%.

DETALHAMENTO DO ATIVO INTANGÍVEL			
DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH%
SOFTWARES	7.450.678,78	5.859.052,38	27,17%
(-) AMORTIZACAO ACUMULADA	-1.638.290,56	-197.722,37	728,58%
TOTAL	5.812.388,22	5.661.330,01	2,67%

FONTE: FIPLAN/FIP 215

BP 29. O passivo circulante no montante de **R\$ 157,5** milhões apresentou um crescimento, em relação a 2021, de 143,73%, no valor de **R\$ 92,9** milhões, concentrados nos grupos de Obrigações Trabalhistas, previdenciárias e assistenciais e Demais obrigações de curto prazo, que aumentaram **R\$ 90,2** milhões e **R\$ 2,7** milhões, respectivamente. Destaque para as obrigações Trabalhistas, previdenciárias e assistenciais que apresentou crescimento de 163,5%.

DETALHAMENTO DO PASSIVO CIRCULANTE			
DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH%
OBRIGAÇÕES TRAB., PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS CP	145.449.626,43	55.198.456,92	163,50%
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	11.891,57	15.068,21	-21,08%
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	12.081.893,57	9.423.928,02	28,20%
TOTAL	157.543.411,57	64.637.453,15	143,73%

FONTE: FIPLAN/FIP 215

BP 30. O aumento no grupo de obrigações Trabalhistas, previdenciárias e assistenciais o aumento de **R\$ 87,9** milhões, **R\$ 35,7** milhões são decorrentes da concessão de RGA de 7% e ao aumento salarial de 16%, e **R\$ 52,1** milhões é referente a provisão das férias, em decorrência da implementação de forma integral dos registros pelo regime de competência, alterações salariais e adoção da alíquota patronal de previdência de 28%.



**ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

DETALHAMENTO DAS OBRIGAÇÕES TRAB., PREV. E ASSISTENCIAIS CP			
DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH%
PESSOAL A PAGAR	143.107.564,13	55.198.456,92	159,26%
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	2.342.062,30	0,00	100,00%
TOTAL	145.449.626,43	55.198.456,92	163,50%

FONTE: FIPLAN/FIP 215

BP 31. O item fornecedores e outros e contas a pagar de CP teve uma redução de R\$ 3 mil, equivalente a 21,08%.

DETALHAMENTO DOS FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR CP			
DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH%
FORNECEDORES NACIONAIS A CURTO PRAZO	11.891,57	15.068,21	-21,08%
TOTAL	11.891,57	15.068,21	-21,08%

FONTE: FIPLAN/FIP 215

BP 32. As demais obrigações a curto prazo apresentaram crescimento de 28,2%, equivalente a **R\$ 2,6** milhões, reflexo do aumento dos depósitos de diversas origens, referentes a ressarcimentos de servidores cedidos de outros órgãos. A demais obrigações de curto prazo são compostas de consignações e outros depósitos.

DETALHAMENTO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO			
DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH%
VALORES RESTITUÍVEIS	12.081.893,57	9.423.928,02	28,20%
CONSIGNAÇÕES - CONSOLIDAÇÃO	763.061,20	1.291.312,94	-40,91%
CONSIGNAÇÕES - INTRA	439.629,82	713.341,11	-38,37%
OUTROS DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS - INTRA	9.989.259,79	7.419.273,97	34,64%
OUTROS DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS - INTER UNIÃO	889.942,76	0,00	0,00%
TOTAL	12.081.893,57	9.423.928,02	28,20%

FONTE: FIPLAN/FIP 215

BP 33. O passivo não circulante teve um crescimento de **R\$ 535,8** milhões, equivalente a 115.279,32%, impulsionadas pelas provisões matemáticas de Longo.

DETALHAMENTO DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH%
PROVISÕES A LONGO PRAZO	536.282.627,02	464.799,60	115279,32%
PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS LP	536.282.627,02	464.799,60	115279,32%
TOTAL	536.282.627,02	464.799,60	115279,32%

FONTE: FIPLAN/FIP 215



**ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

BP 34. O patrimônio líquido teve uma redução do superávit de 48,17%, totalizando **R\$ 460,3** milhões, sendo do esse valor é referente ao resultado deficitário do exercício.

DETALHAMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH%
PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	-	-	0,00%
RESERVAS DE CAPITAL	-	-	0,00%
RESERVAS DE LUCROS	-	-	0,00%
DEMAIS RESERVAS	-	-	0,00%
RESULTADOS ACUMULADOS	495.355.427,74	955.740.644,21	-48,17%
TOTAL	495.355.427,74	955.740.644,21	-48,17%

FONTE: FIPLAN/FIP 215

BP 35. As inscrições das despesas em restos a pagar são efetuadas em contas da classe de controle da Execução do Planejamento e Orçamento (6). Os Restos a pagar processados, não processados em liquidação e os restos a pagar não processados liquidados a pagar, além do registro na classe 6, grupo 3 (6.3) já constam no passivo patrimonial do Balanço Patrimonial, pois o fato gerador já ocorreu. Diferentemente os restos a pagar não processados a liquidar somente constam na classe 6.3, não havendo nenhum registro no passivo de natureza patrimonial (classe 2).

BP 36. Os restos a pagar não processados a liquidar constam no passivo financeiro do “QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES”, mas não compõem o passivo patrimonial do quadro principal do Balanço Patrimonial. Assim a conciliação entre o saldo patrimonial do Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes e o patrimônio líquido do Balanço Patrimonial segue abaixo:

PATRIMÔNIO LÍQUIDO (BP) X SALDO PATRIMONIAL (QUADRO AP FINANCEIRO E PERMANENTE)			
DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO BP (I)	495.355.427,74	955.740.644,21	-48,17%
RP NÃO PROC EM INSCRIÇÃO A LIQUIDAR (II)	3.901.713,80	1.147.739,35	100,00%
SUBTOTAL DOS RESTOS A PAGAR (IV = II + III)	3.901.713,80	1.147.739,35	239,95%
SALDO PATRIMONIAL (V = I + IV)	491.453.713,94	954.592.904,86	-48,52%

FONTE: FIPLAN/FIP 215/BP/DVP



**ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Demonstração das Variações Patrimoniais

DVP 1. A movimentação intraorçamentária está incorporada na Demonstração das Variações Patrimoniais e integram os saldos das contas patrimoniais.

DVP 2. As variações patrimoniais aumentativas tiveram uma redução de 47,64%, equivalente a **R\$ 1,664** bilhão, sendo que o grupo que mais contribuiu para esse resultado foi o de Outras Variações Patrimoniais aumentativas com uma redução de **R\$ 1,901** bilhão. Destaque para o aumento expressivo do item transferências e delegações recebidas no montante de **R\$ 176,8** milhões.

VARIACIONES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH%
CONTRIBUIÇÕES	265.446.140,28	208.079.235,73	27,57%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS.	20.124.621,67	6.633.804,84	203,36%
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	1.428.757.858,01	1.251.942.770,23	14,12%
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINC.DE PASSIVOS	-	10.115.062,59	-100,00%
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	115.241.099,48	2.017.167.693,79	-94,29%
TOTAL	1.829.569.719,44	3.493.938.567,18	-47,64%

FONTE: FIPLAN/FIP 215

DVP 3. As contribuições tiveram um crescimento de **R\$ 57,3** milhões, todo ele centralizado nas contribuições sociais milhões ainda impacto da nova alíquota da contribuição patronal de 28%, prevista no artigo 7º, inciso II, da Lei 11.643/2021.

CONTRIBUIÇÕES			
DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH%
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	265.446.140,28	208.079.235,73	27,57%
TOTAL	265.446.140,28	208.079.235,73	27,57%

FONTE: FIPLAN/FIP 215

DVP 4. O grupo de variações aumentativas financeiras teve um aumento de **R\$ 13,4** milhões de 2021 para 2022, sendo integralmente consequência do aumento do dos rendimentos das aplicações financeiras, em decorrência da alteração da taxa de Selic conjugado com a mudança na modalidade de aplicação e o montante investido nas contas de superávit financeiro.

VARIACIONES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS			
DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH%
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	20.124.621,67	6.633.804,84	203,36%
TOTAL	20.124.621,67	6.633.804,84	203,36%

FONTE: FIPLAN/FIP 215



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DVP 5. As transferências e delegações recebidas apresentaram um crescimento de 14,12%, totalizando **R\$ 176,8** milhões, sendo concentradas nas transferências intragovernamentais recebidas que aumentou **R\$ 177,1**. Esse aumento nas cotas financeiras repassadas ao Tribunal foi gerado tanto pelo aumento das receitas já previstas na LOA, quanto pelo excesso de arrecadação durante o exercício de 2022. Importante destacar o no montante de **R\$ 12,9** milhões referentes as aplicações financeiras registradas na fonte de tesouro, que geram cotas ao serem contabilizadas.

TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS			
DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH%
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS - COTAS	1.428.757.858,01	1.251.654.252,00	14,15%
DOAÇÕES RECEBIDAS - BENS MÓVEIS	-	288.518,23	-100,00%
TOTAL	1.428.757.858,01	1.251.942.770,23	14,12%

FONTE: FIPLAN/FIP 215

DVP 6. A VPA de ganhos com ativos e desincorporação de passivos reduziu **R\$ 10,1** milhões de 2021 para 2022.

VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS			
DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH%
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	-	10.115.062,59	-100,00%
TOTAL	-	10.115.062,59	-100,00%

FONTE: FIPLAN/FIP 215

DVP 7. As outras Variações aumentativas apresentaram redução de 94,29%, equivalente a **R\$ 1,901** bilhão, concentrado no item Reversões de provisões e Ajustes de perdas, no montante de **R\$ 1,949** bilhão, decorrente da reversão de provisões ocorridas em 2021, principalmente, devido as mudanças na base cadastral, na meta atuarial e método financeiro. Já no exercício de 2022 as mudanças citadas na nota **DVP 16** geraram variações patrimoniais diminutivas.

OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH%
REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS	-	1.949.536.849,15	-100,00%
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	115.241.099,48	67.630.844,64	70,40%
TOTAL	115.241.099,48	2.017.167.693,79	-94,29%

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

DVP 8. As variações patrimoniais diminutivas tiveram um aumento 63,39%, equivalente a **R\$ 888,4** milhões, sendo que o grupo que mais contribuiu para esse resultado foi o de Outras Variações Patrimoniais diminutivas com um



**ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

aumento de **R\$ 743,9** milhões. Destaque para a redução expressiva do item desvalorização e perda de ativos e incorporação de passivos no montante de **R\$ 110,7** milhões.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH%
PESSOAL E ENCARGOS	1.216.458.827,78	962.176.353,51	26,43%
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	244.436.709,90	244.086.867,39	0,14%
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	53.839.437,83	164.601.329,76	-67,29%
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	-	61.132,50	-100,00%
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INC.PASSIVOS	767.522,63	184.664,14	315,63%
TRIBUTARIAS	232.731,97	89.163,78	161,02%
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	774.219.705,80	30.301.732,50	2455,03%
TOTAL	2.289.954.935,91	1.401.501.243,58	63,39%

FORNTE: FIPLAN/FIP 215

DVP 9. A despesa com Pessoal e encargos, teve um aumento de **R\$ 254,2** milhões, esse aumento foi decorrente da concessão da revisão geral anual – RGA, e da alteração das leis de carreira.

DVP 10. Em relação as provisões de férias e 13º salário, importante destacar que foram feitos ajustes nas provisões de férias de forma a corrigir eventuais inconsistências nos valores registrados.

PESSOAL E ENCARGOS			
DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH%
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	1.009.204.296,90	739.439.564,70	36,48%
ENCARGOS PATRONAIS	202.921.657,25	153.356.084,24	32,32%
BENEFICIOS A PESSOAL	-	66.079.965,78	-100,00%
OUTRAS VAR. PATR. DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	4.332.873,63	3.300.738,79	31,27%
TOTAL	1.216.458.827,78	962.176.353,51	26,43%

DVP 11. Os benefícios previdenciários e assistenciais tiveram crescimento de 0,14%, equivalente a **R\$ 349 mil**, sendo que item Aposentadorias e Reformas aumentou **R\$ 6,3** milhões, porém o item outros benefícios previdenciários e assistenciais que reduziu **R\$ 5,4** milhões.

BENEFICIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTÊNCIAS			
DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH%
APOSENTADORIAS E REFORMAS	202.077.356,13	195.761.301,80	3,23%
PENSOES	42.156.635,55	42.637.101,28	-1,13%
OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	202.718,22	5.688.464,31	-96,44%
TOTAL	244.436.709,90	244.086.867,39	0,14%

FORNTE: FIPLAN/FIP 215



**ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

DVP 12. O grupo de uso de bens, serviços e consumo reduziu em 67,29%, representando em termos nominais **R\$ 110,7** milhões, sendo que item serviços de terceiros pessoa física foi o grande responsável pela redução, apresentando decréscimo de **R\$ 119,7** milhões.

USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO			
DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH%
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	7.067.266,75	5.855.931,06	20,69%
SERVICOS	20.855.990,26	140.635.600,62	-85,17%
DEPRECIACÃO, AMORTIZACÃO E EXAUSTAO	25.916.180,82	18.109.798,08	43,11%
TOTAL	53.839.437,83	164.601.329,76	-67,29%

FONTE: FIPLAN/FIP 215

DVP 13. No grupo de transferências e delegações concedidas houve uma redução de R\$ 61 mil, equivalente a 100%, de redução no grupo.

TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS			
DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH%
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	-	61.132,50	-100,00%
TOTAL	-	61.132,50	-100,00%

FONTE: FIPLAN/FIP 215

DVP 14. O grupo de desvalorização e perda de ativos apresentou um crescimento de 315,63%, no montante de **R\$ 582** mil, aumento concentrado no item desincorporação de ativos no valor de **R\$ 581 mil**, referentes a doação de bens móveis.

DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS			
DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH%
PERDAS INVOLUNTARIAS	1.662,27	-	100,00%
DESINCORPORACÃO DE ATIVOS	765.860,36	184.664,14	314,73%
TOTAL	767.522,63	184.664,14	315,63%

FONTE: FIPLAN/FIP 215

DVP 15. A variação patrimonial diminutiva tributária aumentou em R\$ 143,5 mil, todo o aumento está concentrado no item impostos, refletindo o aumento do reconhecimento patrimonial da despesa relativa aos tributos federais, em especial ao PASEP, que aumenta proporcionalmente ao aumento da receita.



**ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA TRIBUTÁRIA			
DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH%
IMPOSTOS	232.731,97	89.163,78	161,02%
TOTAL	232.731,97	89.163,78	161,02%

FONTE: FIPLAN/FIP 215

DVP 16. As demais variações patrimoniais diminutivas tiveram um acréscimo de **R\$ 743,9** milhões, representando 2455,03%, em decorrência do aumento do item VPD de constituição de provisões no valor de **R\$ 535,8** milhões em razão das provisões matemáticas Previdenciárias de longo prazo e do item Diversas Variações patrimoniais em decorrência das despesas de indenizações, decorrente da alteração do registro das verbas indenizatórias e auxílio alimentação.

DVP 17. O aumento nas provisões matemáticas de **R\$ 535,8** milhões é decorrente das alterações na base salarial, nas premissas na taxa da meta atuarial, na metodologia para contribuição esperada patronal, conforme detalhado na alínea na alínea “c” do item 19.2 - Políticas contábeis significativas e critérios utilizados na elaboração das Demonstrações Contábeis.

OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH%
INCENTIVOS	215.105,43	240.600,00	-10,60%
VPD DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES	535.817.827,42	-	100,00%
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	238.186.772,95	30.061.132,50	692,34%
TOTAL	774.219.705,80	30.301.732,50	2455,03%

FONTE: FIPLAN/FIP 215

DVP 18. O resultado patrimonial do exercício foi deficitário em **R\$ 460,3** milhões, pois apesar das transferências recebidas ter apresentado um aumento não foi suficiente para cobertura do aumento expressivo das outras variações patrimoniais em especial em decorrência do reconhecimento das provisões matemáticas previdenciárias de longo prazo no montante de **R\$ 585,8** milhões.



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	
DESCRIÇÃO	31/12/2022
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)	1.829.569.719,44
CONTRIBUIÇÕES	265.446.140,28
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS.	20.124.621,67
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	1.428.757.858,01
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINC.DE PASSIVOS	-
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	115.241.099,48
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)	2.289.954.935,91
PESSOAL E ENCARGOS	1.216.458.827,78
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	244.436.709,90
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	53.839.437,83
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	-
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INC. PASSIVOS	767.522,63
TRIBUTARIAS	232.731,97
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	774.219.705,80
DÉFICIT DO EXERCÍCIO	- 460.385.216,47

FONTE: FIPLAN/FIP 215

ANEXO 17 - Demonstrativo da Dívida Flutuante - DDF

DDF 1. A posição das contas entre o anexo 17 e o saldo do Passivo Financeiro, apresentado no Balanço Patrimonial, no Quadro dos Ativos e Passivos financeiros e Permanentes é equivalente, de forma que ambos apresentam o valor de **R\$ 94,6** milhões.

DDF 2. Os restos a pagar, nesse demonstrativo, são apresentados em separado os restos a pagar principal das consignações. As consignações são demonstradas dentro do grupo “DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES”.

DDF 3. Na coluna de inscrição consta o total de RP processados em inscrição no montante de **R\$ 77,6** milhões, sendo que **R\$ 76,4** na linha RP do exercício e **R\$ 1,2** milhão na linha consignações do exercício. Já os restos a pagar não processados constam na linha RP não processados do exercício, no montante de **R\$ 6,1** milhões.

DDF 4. Os restos a pagar não processados liquidados em 31 de dezembro de 2022 aparecem na coluna Saldo do Exercício Anterior como processado, estando em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, que orienta a transferência dos restos a pagar não processados liquidados para restos a pagar processados.

DDF 5. Conforme quadro resumo foram cancelados, no exercício de 2022, o montante de R\$ 958,7 mil de restos a pagar não processados.



**ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

DDF 6. No exercício de 2020 foi desenvolvido o relatório FIP 631 - Demonstrativo dos Cancelamentos de Restos a Pagar Liquidados, com o objetivo de evidenciar as motivações para o cancelamento de Restos a pagar processados, evidenciando que não houveram cancelamentos, pelo Tribunal de Justiça, de RP processados.

ANEXO 18 - Demonstrativo do Fluxo de Caixa – DFC

DFC 1. A Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC demonstra os montantes de entradas e saídas de dinheiro no caixa durante o exercício e o resultado desse fluxo. Assim, a DFC apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxo operacional, de investimento e de financiamento.

DFC 2. A DFC foi elaborada de acordo com a NBC TSP 12 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e a IPC 08;

DFC 3. Na DFC são incluídos os fluxos de caixa extraorçamentários, considerando que, em observância ao princípio de unidade de caixa, estes recursos transitam na conta única;

DFC 4. Em Mato Grosso a “Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa” é igual ao “Resultado Financeiro”, apurado no Balanço Financeiro, de forma que em 2022, o resultado apurado foi positivo em **R\$ 88,3** milhões, representando uma redução de **R\$ 29,2** milhões, em relação ao mesmo período de 2021, quando o resultado foi positivo em **R\$ 117,6** milhões, conforme tabela a seguir. A DFC do Tribunal somente apresentou movimento no fluxo das atividades operacionais.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA			
DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	88.386.896,88	117.662.732,34	-24,88%
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	-	-	0,00%
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	-	-	0,00%
TOTAL	88.386.896,88	117.662.732,34	-24,88%

FONTE: FIPLAN/DFC

DFC 5. No fluxo das atividades operacionais, onde fica evidente a capacidade do órgão em financiar suas atividades correntes sem recorrer a fontes externas de financiamento, o Tribunal de Justiça apresentou um decréscimo de 24,88%, equivalente a **R\$ 29,2** milhões no exercício de 2022, se comparado com



**ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

o exercício anterior, totalizando um fluxo positivo, em 31 de dezembro, de **R\$ 88,3** milhões.

DFC 6. Enquanto os ingressos operacionais cresceram **R\$ 264,4** milhões os desembolsos operacionais cresceram **R\$ 293,7** milhões, gerando um decréscimo no fluxo de caixa líquido operacional **de R\$ 29,2** milhões de 2021 para 2022.

DFC 7. O crescimento dos ingressos, no valor de **R\$ 264** milhões, foi impulsionado pelo aumento da receita de contribuições que cresceram **R\$ 57,3** milhões em decorrência, principalmente, do aumento da alíquota da previdência, e dos outros ingressos operacionais que tiveram acréscimo de **R\$ 192** milhões, em decorrência do aumento das transferências financeiras. Destaque também para a remuneração das disponibilidades que apresentou crescimento de **R\$ 13,7** milhões, em detrimento da taxa de Selic e mudança na modalidade de aplicação.

DFC 8. Destaca-se na parte dos desembolsos o crescimento de **R\$ 258,8** milhões de despesas de pessoal, em relação ao exercício de 2021, aumento esse devido ao pagamento à concessão do RGA e de aumentos salariais, e o crescimento de **R\$ 48,8** milhões nas transferências concedidas.

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH
Ingressos (I)	1.743.944.426,54	1.479.509.881,99	17,87%
Receita da Contribuições	265.446.140,28	208.079.235,73	27,57%
Remuneração das disponibilidades	20.124.621,67	6.633.804,84	203,36%
Outras Receitas Derivadas e Originais	1.538.456,79	-	100,00%
Outros ingressos operacionais	1.456.835.207,80	1.264.796.841,42	15,18%
Desembolso (II)	1.655.557.529,66	1.361.847.149,65	21,57%
Pessoal e demais despesas	1.453.591.381,34	1.194.735.101,66	21,67%
Transferências concedidas	177.348.727,11	128.456.479,09	38,06%
Outros desembolsos operacionais	24.617.421,21	38.655.568,90	-36,32%
TOTAL (III = I - II)	88.386.896,88	117.662.732,34	-24,88%

FONTE: FIPLAN/DFC

DFC 9. Os outros ingressos operacionais, representados pelas transferências financeiras recebidas e movimentações extraorçamentárias tiveram um crescimento de 15,31%, totalizando **R\$ 193,4** milhões, sendo **R\$ 177** milhões impactado pelo aumento das transferências financeiras reflexo do excesso de arrecadação.



**ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS			
DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH
Transferência Financeira	1.428.757.858,01	1.251.654.252,00	14,15%
Movimento Extraorçamentário	28.077.349,79	11.728.675,59	139,39%
TOTAL	1.456.835.207,80	1.263.382.927,59	15,31%

FONTE: FIPLAN/DFC

DFC 10. Os outros desembolsos operacionais, compostos das transferências financeiras concedidas no âmbito do Estado e das movimentações extraorçamentárias, tiveram um decréscimo de 36,32%, representando em valores nominais um aumento de R\$ 14 milhões, em detrimento do movimento extraorçamentário que teve crescimento de R\$ 13,9 milhões.

DFC 11. O aumento de R\$ 13,9 milhões, em relação a 2021, no movimento extraorçamentário, foi em decorrência do crescimento dos depósitos de diversas origens.

OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS			
DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH
Transferência Financeira	-	61.132,50	-100,00%
Movimento Extraorçamentário	24.617.421,21	38.594.436,40	-36,22%
TOTAL	24.617.421,21	38.655.568,90	-36,32%

FONTE: FIPLAN/DFC

É o que temos a relatar.

Atenciosamente,

ALESSANDRA REGINA MARQUES BUENO

Contador CRC N° 011576/O-7/MT